

# O discurso sobre o Estrangeiro como causa da decadência de Portugal

## Antero de Quental e António Sardinha

**C**ristiana Isabel Lucas da Silva  
CLEPUL  
cristianalucas@gmail.com

---

### *Resumo*

---

O tema da decadência nacional foi uma das questões mais debatidas entre a elite intelectual portuguesa, com maior incidência na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, independentemente da sua afiliação ideológica. Antero de Quental e António Sardinha, não obstante as diferenças que os separam, perscrutaram as causas da decadência nacional, associando-a à influência ou domínio de determinadas entidades ou circunstâncias estranhas à índole nacional. Neste sentido, tanto as *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos* como *O valor raça: introdução a uma campanha nacional* constituem discursos que oferecem uma tipificação do estrangeiro, identificado como causa da decadência.

**Palavras-chaves:** Decadência, Estrangeiro, História, Alteridade.

---

### *Abstract*

---

The theme of national decadence was one of the most debated issues among the Portuguese intellectual elite, with a higher incidence in the second half of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century, regardless of their ideological affiliation. Antero de Quental and António Sardinha, despite the differences that separate them, have examined the causes of national decadence, associating them with the influence or domination of certain entities or circumstances that are foreign to the national character. In this sense, both the *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos* as *O valor raça: introdução a uma campanha nacional* are discourses that offer a typification of the foreigner, identified as the cause of the decadence.

**Keywords:** Decadence, Foreign, History, Otherness.

## 1. Introdução

Portugal foi, durante todo o século XIX, palco de tensões entre o Antigo e o Moderno, o Passado e o Futuro, a Tradição e o Progresso. Certamente, nunca antes, na sua história, o país vivera momentos tão incertos e tão conturbados: em 1807 as tropas napoleónicas invadem o território português e a Família Real é transferida para o Brasil, acompanhada pela corte; a Guerra Peninsular durará até 1814; seguiu-se a Revolução Liberal, com o pronunciamento militar no Porto, em 1820, contra a presença da opressiva Inglaterra em Portugal; em 1822 o Brasil proclama a sua independência; no mesmo ano é promulgada a Constituição; uma série de conflitos (que inclui a contra-revolução de 1823 contra o governo liberal, a Vila-Francada, a Abrilada no ano seguinte, a abolição da Constituição, a revogação das Cortes liberais, a morte de D. João VI, a outorga da Carta Constitucional em 1826, o início de movimentos contra-revolucionários visando uma união ibérica) culminarão numa guerra civil (1828-1834) entre absolutistas e liberais que terminará com a Convenção de Évora-Monte (26 de maio de 1834), a qual determina o exílio de D. Miguel e consagra a vitória liberal; segue-se um período de instabilidade política (motivado pelas divergências ideológicas entre os adeptos da Carta de 1826 e os herdeiros do vintismo) e de crise financeira; em 1836 uma revolução dá início ao Setembrismo; em 1842 um golpe militar inicia o período do Cabralismo liderado por Costa Cabral, que terminará em 1846 após a Revolução da Maria da Fonte; no mesmo ano, a guerra da Patuleia opõe Cartistas a Setembristas e Miguelistas, terminando com a vitória dos primeiros; em 1851 um novo golpe militar, liderado pelo Duque de Saldanha, depõe Costa Cabral e dá início ao movimento da Regeneração; segue-se o chamado período de melhoramento material, caracterizado por inúmeras reformas políticas, económicas e administrativas e ainda pela política de fomento ministrada por Fontes Pereira de Melo (Fontismo); o país moderniza-se, mas à custa de um grande endividamento que resultará numa crise profunda, consequência de uma especulação financeira excessiva. A este período chama António Machado Pires de “paz podre da Regeneração, fogo-fátuo de melhoramentos materiais”<sup>1</sup>. Mais tarde, no seio da Geração de 70 nasceriam os ideais socialistas e republicanos, cuja propaganda se intensificaria após o Ultimatum inglês (1890), culminando na queda da Monarquia e na Implantação da República.

---

<sup>1</sup> *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, p. 24.

Todos estes acontecimentos induziram um sentimento de decadência e de frustração nos nossos intelectuais, que, vendo o seu país na cauda da Europa (quando no passado estivera à sua cabeça), lançaram-se numa aturada reflexão sobre as causas que estariam na origem dessa decadência, perscrutando o passado mas tendo na linha do horizonte o futuro. Entre esses intelectuais encontramos os nomes de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, João Andrade Corvo, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, entre muitos outros. No entanto, quando neste contexto se fala em “decadência”, o nome que mais se destaca será o de Antero de Quental, que em 1871 apresentou nas Conferências do Casino Lisbonense o discurso *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*.

A reflexão sobre o tema de decadência de Portugal não se circunscreveu apenas ao século XIX ou aos séculos anteriores. Com a evolução dos estudos antropológicos e com o progressivo desenvolvimento das teorias sobre as raças (para as quais Andrade Corvo chamara a atenção em *Perigos*<sup>2</sup>), é publicada em 1915 uma tese que além de apresentar uma teoria acerca da origem da raça lusitana, dedica todo um capítulo à enunciação das causas da decadência do povo português. Trata-se d’ *O Valor da Raça: Introdução a uma campanha nacional*, de António Sardinha.

As duas concepções sobre as causas da decadência de Portugal, uma de um socialista liberal e outra de um monárquico antiliberal, permitem (embora mais na segunda do que na primeira) vislumbrar uma responsabilização do “estrangeiro” na decadência da nação. Note-se que quando falamos de “estrangeiro” reportamo-nos à sua acepção etimológica, do latim *extraneus* (‘de fora’, ‘estranho’, ‘estrangeiro’), mas também de *externus* (‘estranho’, ‘estrangeiro’, ‘exótico’) e *externus* (do latim *extraneus*) e ainda de *hostis* (‘estrangeiro’, ‘inimigo’). Antes, porém, de nos debruçarmos sobre o tema do estrangeiro como causa da decadência, discorreremos sobre o conceito de decadência, embora sem nos determos exaustivamente na sua ideografia, conscientes de que se trata de um conceito que deve ser abordado com algum cuidado e considerado na sua pluriformidade. Na verdade, com bem adverte Pedro Calafate no seu terceiro volume de *Portugal como Problema*, “o conceito de decadência é dos mais confusos conceitos aplicados no domínio da história, ficando sempre dependente de um conjunto

---

<sup>2</sup> “A teoria das nacionalidades [...] tem sido posta em prática. Como esta, contudo, não era suficiente para se chegar à formação de impérios colossais, tratou-se de desenvolver a teoria das raças, pela qual se deve chegar a dividir a Europa em três grandes impérios: o império eslavo, o império germânico e o império latino. [...] A teoria das raças, aplicada à formação dos impérios na Europa, é uma singular fantasia, mas uma fantasia perigosa” (*apud* Pedro Calafate, *Portugal como Problema*, vol. III, pp. 128-129).

de motivações em que nem sempre se descortina a fronteira entre a utopia e a realidade”<sup>3</sup>.

## 2. O conceito de decadência

O significado da palavra “decadência”, tal como a entendemos hodiernamente, parece não ter tido precedência quer em língua latina, quer em língua grega, embora, segundo Jacques Le Goff, se atribua “a invenção deste conceito aos historiadores e aos pensadores da antiguidade greco-romana”<sup>4</sup>, que, no entanto, preferiam o uso de formas verbais ou participiais concretas para expressarem a ideia de decadência ao uso de substantivos de natureza mais abstracta.<sup>5</sup> Assim, contrariamente ao conceito que ela expressa, a palavra “decadência” terá apenas origem no latim medieval *decadentia*, com o significado de ‘queda’, ‘declínio’, ‘ocaso’, ‘deterioração’, ‘ruína’. A mesma palavra tem origem etimológica no verbo latino *cadere* (‘cair’), anteposto pelo prefixo *-de*, que encerra a ideia de um movimento de cima para baixo. Em português, o vocábulo terá sido usado pela primeira vez apenas na segunda metade do século XVIII, acredita-se que importado do francês *décadence*.<sup>6</sup>

De uma forma geral, até ao século XVIII o termo decadência invocava as ideias de instabilidade, queda (*declinatio, inclinatio, vacillatio*), mudança (no sentido negativo – *perversio, subversio*) e corrupção moral (*corruptio*). No entanto, ainda na Idade Média, a ideia de decadência encontra-se fortemente associada à religião, situação que ganha ênfase a partir do Concílio de Trento, que opõe a esta a ideia de *reformatio*.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> Portugal como Problema, Vol. III (Século XIX: A Decadência), p. 15.

<sup>4</sup> *História e Memória*, vol. II, p. 193.

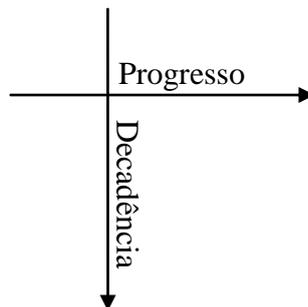
<sup>5</sup> Na Antiguidade, estava amplamente difundida a ideia de degeneração do mundo e da condição humana, através dos mitos constantes de *Os Trabalhos e os Dias*, de Hesíodo, nomeadamente o mito de Pandora e o mito das cinco idades; através do sentimento de deterioração dos costumes (é exemplificativo a crítica de Catão, o Censor à perda dos valores ancestrais que caracterizavam o povo romano – os *mores maiorum* – por causa da assimilação da cultura grega); pela sucessão de regimes decadentes que conduziram à tirania, por sua vez motivados pela acentuada inclinação para o luxo e para a corrupção.

<sup>6</sup> Cf. “Decadência” no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (vol. II), de José Pedro Machado (p. 762, 2.ª col.), segundo o qual a palavra em questão terá surgido pela primeira vez em Portugal em 1779, no título de um livro de Luís António Araújo (*História Crítica do Theatro na qual se tratão as causas da decadencia do seu verdadeiro gosto*).

<sup>7</sup> Também na Idade Média, e ligados à ideia de decadência, ganham ênfase os profícuos temas dos quatro impérios (derivado da interpretação de Daniel ao sonho de Nabucodonosor e que, segundo Le Goff, fora usado “para esclarecer o conceito de marcha da civilização” – *História e Memória*, vol. II, p. 204) e da idade do mundo, tema esboçado por S.<sup>10</sup> Agostinho no *De diversibus questionibus*, LVIII (identifica seis idades na vida do homem: *infantia*, (primeira infância), *pueritia* (infância), *adolescencia* (adolescência), *iuventus* (juventude), *gravitas* (maturidade) e *senectus* (velhice) – a esta última corresponderia a época contemporânea, que terminará com a morte e o Juízo Final) e aperfeiçoado por S.<sup>10</sup> Isidoro de Sevilha, nas

Jacques le Goff, no estudo que faz sobre o conceito de decadência em *História e Memória*, considera que este conceito teve maior projecção nos séculos que antecederam a Revolução Industrial (iniciada em Inglaterra ainda no séc. XVIII), perdendo o seu carácter religioso para se laicizar e transpondo, gradualmente, o campo dos costumes para o da economia. Acrescenta ainda que o êxito do conceito de decadência, neste período, “parece ter-se afirmado só à custa do esvaziamento do próprio conceito”<sup>8</sup>, que vai perdendo o seu crédito até ser posto em causa a partir do Iluminismo. Cremos, todavia, que este princípio não se aplicará no caso português, onde um sentimento de decadência se vai consolidando precisamente, e sobretudo, a partir da Revolução Industrial, quando se toma consciência do atraso do país em relação à Europa e se procuram as causas que o motivaram.

Quando, já no século XVIII, o conceito de progresso ganha força, não constituía uma oposição propriamente dita ao de decadência. Enquanto o conceito de progresso se situa numa leitura horizontal (seguir em frente, avançar), o de decadência situa-se numa leitura vertical (de cima para baixo) da história:



Além disso, o conceito de progresso parece estar directamente relacionado com o desenvolvimento industrial e o crescimento económico, enquanto o de decadência se mantém limitado, sobretudo, aos critérios político, cultural e moral.<sup>9</sup>

---

*Ethymologiae*, 38, 5 (Isidoro de Sevilha faz a seguinte divisão: de Adão a Noé; de Noé a Abraão; de Abraão a David; de David ao cativo da Babilónia; do cativo da babilónia à encarnação do Salvador; da encarnação do Salvador ao fim do mundo). Em ambos está implícita a ideia de esperança, de decadência como promessa de renovação: para quem se salvar, abrir-se-ão as portas da Cidade de Deus.

<sup>8</sup> *História e Memória*, vol. II, p. 207.

<sup>9</sup> Burke, em “Tradition and Experience: the idea of decline from Bruni to Gibbon”, apresenta uma análise do conceito de decadência para os séculos XV a XVIII assente nos seguintes critérios: cósmico, moral, religioso, político e cultural. Outros teóricos devem ser considerados na elaboração de uma história do conceito de decadência, nomeadamente Pierre Chaunu (*Histoire et Décadence*), Oswald Spengler e a sua importante obra sobre a decadência no Ocidente, cuja edição espanhola (*La Decadencia de Occidente*) é prefaciada por Ortega y Gasset, ele próprio um autor a considerar no âmbito desta problemática, Julien Freund (*La Décadence: histoire sociologique et philosophique*), e ainda Toynbee (*A Study of History*).

Actualmente, a historiografia já não aceita a ideia de decadência enquanto conceito qualitativo. Quando muito, poderá ser utilizado em termos quantitativos, preferindo-se neste caso o uso das expressões “regressão” ou “queda”, e aplicado a indicadores demográficos e económicos. Além disso, e mais uma vez segundo Le Goff, “a moderna problemática da *longa duração* reduz a pertinência da noção de decadência”, dando antes primazia à ideia de continuidade, “não uma continuidade imóvel, mas uma continuidade atravessada por *transformações*, mutações e crises”<sup>10</sup>.

Quanto às teorias acerca da decadência, é sintomático que sejam elaboradas por indivíduos que procuram corrigir um sentimento pessimista como é o de decadência recorrendo à ideia de uma renovação ou de uma reforma enquanto “antídoto” capaz de, por si só, combater os efeitos dessa decadência. São os casos de Antero de Quental e de António Sardinha, que ao apontarem as causas da decadência procuram a solução capaz de fazer retroceder esse processo de degradação. Para Antero, a solução estaria na constituição de uma república federal<sup>11</sup>, no triunfo do socialismo económico e numa revolução moral; para Sardinha só o regresso a um regime monárquico poderia retomar o fio interrompido da tradição.

### **3. Antero de Quental: *As causas da decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos***

Em carta dirigida a Teófilo Braga, datada de Abril de 1871, Antero de Quental (1824-1891) dá a conhecer ao ilustre republicano a sua intenção de iniciar, no Casino Lisbonense, um conjunto de conferências abertas “a toda a gente, e de todas as condições, aonde se tratem as grandes questões contemporâneas, religiosas, políticas, sociais, literárias e científicas, num espírito de franqueza, coragem, e positivismo, numa palavra, com *radicalismo*”<sup>12</sup>. Acrescenta que, para este projecto, tem o apoio de “alguns rapazes, novos e independentes”, tais como Eça de Queirós, Adolfo Coelho, Manuel Arriaga, Oliveira Martins, José Falcão e Jaime Batalha Reis, convidando-o a ser signatário do programa e a participar nas sessões.<sup>13</sup> O autor das *Odes Modernas* pretendia, mediante as mesmas conferências, “produzir uma agitação intelectual na

<sup>10</sup> *História e Memória*, vol. II, p. 231.

<sup>11</sup> Em 1869, Antero publicara o texto “Portugal perante a Revolução de Espanha”, no qual defendia a criação de a união ibérica.

<sup>12</sup> Antero de Quental, *Cartas*, vol. I ([1852]-1881), p. 119.

<sup>13</sup> A estes nomes juntar-se-ão os de Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Salomão Sáraga e o próprio Teófilo Braga.

nossa sociedade”, objectivo que podemos considerar bem-sucedido, se atentarmos à portaria ministerial de 26 de Junho de 1871 que ordenou o encerramento da sala das Conferências Democráticas, alegando que ali “se havia feito uma série de prelecções, em que se expôs e procurou sustentar doutrinas que atacam a religião e as instituições do Estado”<sup>14</sup>. Assim, apesar da sua efemeridade, as cinco conferências proferidas suscitaram o interesse do público e o apoio de intelectuais como Alexandre Herculano, que viram na sua proibição um atentado à liberdade.

No dia 27 de Maio de 1871, Antero de Quental pronunciou a sua conferência intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*, na qual o seu autor analisa os motivos que terão conduzido a nação portuguesa, em poucos anos, de uma situação de “grandeza”, “importância” e “originalidade”, a um estado de “abatimento e insignificância”<sup>15</sup>. No entanto, além de identificar as causas, pretendia Antero mostrar o caminho da regeneração, indo assim ao encontro das ideias apresentadas no Programa das Conferências Democráticas:

“Ninguém desconhece que se está dando em volta de nós uma transformação política, e todos pressentem que se agita, mais forte que nunca, a questão de saber como deve regenerar-se a organização social.

[...]

Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada;

[...]

Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa:

Tal é o fim das Conferências Democráticas.”<sup>16</sup>

Por outro lado, na introdução à sua conferência de 27 de Maio, Antero sugere:

“se não reconhecermos e confessarmos francamente os nossos erros passados, como poderemos aspirar a uma emenda sincera e definitiva? O pecador humilha-se diante do seu Deus, num sentido acto de contrição, e só assim é perdoado. Façamos nós também, diante do espírito de verdade, o acto de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nos podemos emendar e regenerar.”<sup>17</sup>

<sup>14</sup> *Apud* “Requerimento ao Procurador-Geral da Coroa”, in Antero de Quental, *Prosas Sócio-Políticas*, p. 299.

<sup>15</sup> *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, pp. 257-258.

<sup>16</sup> “Conferências Democráticas estabelecidas na sala do Casino”, in Antero de Quental, *Prosas Sócio-Políticas*, pp. 253-254.

<sup>17</sup> *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, p. 256.

Neste sentido, o que estará na origem de uma tão grande disparidade entre a grandiosidade de Portugal durante o “primeiro período da Renascença”, “toda a Idade Média” e “os últimos anos da Antiguidade”<sup>18</sup> e a sua decadência durante os séculos XVII, XVIII e XIX? Segundo Antero, os motivos são de ordem (1) moral, (2) política e (3) económica e o seu germen situa-se sobretudo no decurso do século XVI:

- (1) A transformação do Catolicismo pelo Concílio de Trento (1545-1563);
- (2) A instituição do absolutismo, anulando as “liberdades locais” próprias da Idade Média;
- (3) O desenvolvimento nas conquistas longínquas, em detrimento do desenvolvimento da economia e da indústria em território nacional.

Destes motivos, atentaremos apenas ao primeiro e ao terceiro, que vão ao encontro do nosso objectivo para este ensaio.

Antero acredita que o Catolicismo, na sua forma definitiva e intolerante, datava do século XVI, altura em que, no Concílio de Trento, ficou estabelecido que a razão humana e o pensamento constituíam um crime contra Deus. O autor esclarece ainda, neste contexto, o que para ele significam Cristianismo e Catolicismo, fazendo a seguinte distinção:

“Se não há cristianismo fora do grémio católico [...] nesse caso teremos de recusar o título de cristãos aos luteranos, e a todas as seitas saídas do movimento protestante, em quem todavia vive bem claramente o espírito evangélico. Digo mais, teremos de negar o nome de cristãos aos apóstolos e evangelistas, porque nessa época o catolicismo estava tão longe no futuro, que nem ainda a palavra *católico* fora inventada! É que realmente o cristianismo existiu e pode existir fora do catolicismo. [...] Um vive da fé e da inspiração: o outro do dogma e da disciplina. Toda a história religiosa, até ao meado do século XVI, não é mais do que a transformação do *sentimento cristão* na *instituição católica*.”<sup>19</sup>

O Concílio de Trento, ao tornar as Ordens religiosas independentes dos bispos e mais dependentes de Roma (por sua vez dominada pelos Jesuítas<sup>20</sup>), ao “impor aos povos a polícia romana”, ao “apagar os últimos vestígios das Igrejas Nacionais”, ao determinar a superioridade do Papa sobre os concílios, tornava o Catolicismo uma instituição ultramontana, ou seja, estrangeira. Além disso, e Antero sublinha esse facto,

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 258.

<sup>19</sup> *Ibidem*, pp. 270-271.

<sup>20</sup> “Que arma na mão do Papado, que já de si não era mais do que uma arma na mão do Jesuitismo!” (*Ibidem*, p. 276).

Roma terá utilizado o Concílio de Trento em proveito próprio, “dando só aos legados do Papa o direito de propor reformas” e “substituindo, ao antigo modo de votar por *nações*, o voto por *cabeças*”. Assim, os cardeais e bispos italianos constituíam uma maioria absoluta, “resolvida sempre a esmagar, a *abafar* os votos das outras nações”. Na sua opinião, “o concílio deixava de ser universal: era simplesmente italiano; nem italiano, romano apenas!”<sup>21</sup>

Todavia, esta causa de ordem moral encerrava, ainda, implicações de ordem política, igualmente concorrente para a decadência dos povos: pelas palavras do autor, a política nacional fizera-se “instrumento da *política católica romana*, isto é, dos interesses, das ambições dum estrangeiro”<sup>22</sup>.

Ao comparar as nações que acolheram a Reforma com aquelas que, como Portugal e Espanha, permaneceram fieis a Roma, Antero conclui que as primeiras alcançaram maior desenvolvimento e contam, no seu tempo, entre os países mais poderosos. Acrescenta ainda que se Portugal e Espanha “houvessem alcançado” a Reforma, talvez “tivessem escapado à decadência”:

“Contraste significativo, que nos apresenta hoje o mundo! As nações mais inteligentes, mais moralizadas, mais pacíficas e mais industriais são exactamente aquelas que seguiram a revolução religiosa do século XVI: Alemanha, Holanda, Inglaterra, estados Unidos, Suíça. As mais decadentes são exactamente as mais católicas!”<sup>23</sup>

Finalmente, outra consequência das resoluções do Concílio de Trento foi a “morte” da Igreja nacional. Na Idade Média, quando a Península Ibérica estava livre de influências estranhas, a Igreja era independente, livre do “jugo” de Roma e representada pelos bispos: “Bartolomeu dos Mártires e os bispos de Cádiz e Astorga [...] representavam no Concílio de Trento a última defesa e o protesto das Igrejas da Península contra o Ultramontanismo invasor”. O Catolicismo tridentino, chamemos-lhe assim, constituiu, assim, “o maior inimigo das nações”, “o túmulo das nacionalidades”, a principal causa da decadência dos povos peninsulares.

---

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 274.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 281. Antero exemplifica com os casos de D. Sebastião (“vai morrer nos areais de África *pela fé católica*) e também de Filipe II e de Carlos V, que “põe o mundo a ferro e fogo” pelos interesses de Roma.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 173.

Outra causa da decadência relacionada com o Estrangeiro prende-se com conquistas longínquas, que Antero condena à luz da economia política de Adam Smith, segundo o qual “o capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias”<sup>24</sup>. Para Antero, a expansão portuguesa para terras distantes fora responsável pelo atraso da indústria, da agricultura e, por consequência, do comércio nacionais, e ainda pela queda demográfica e pela desertificação do interior. O país ficara como que esquecido, devido a um deslumbramento pelas riquezas e artigos exóticos oriundos dos territórios conquistados: “o proprietário, a agricultor deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros: atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante e mais rendosa”<sup>25</sup>. Da falta de mão-de-obra resultou que, a partir do século XVI, o país se ressentisse da falta de produtos manufacturados e se tornasse cada vez mais dependente de bens importados de países europeus:

“do reinado de D. Manuel em diante, somos sustentados pelos estrangeiros [...]. Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros!”<sup>26</sup>

Esta reflexão sobre as implicações dos Descobrimentos já havia sido formalizada por vários autores muito anteriores a Antero, que já no século XVI anteviram as consequências do encantamento pela descoberta de novos territórios e sobretudo da atracção pelas riquezas neles produzidos.<sup>27</sup> Mas trata-se de um tema que, no contexto do debate sobre a decadência, continuou a ser objecto de discussão ainda no século XX.

---

<sup>24</sup> *Apud* Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, p. 286.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 288.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pp. 288-289.

<sup>27</sup> Veja-se, sobre este assunto, a obra de Maria Leonor Garcia da Cruz, *Os “Fumos da Índia”. Uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa*. A autora apresenta uma antologia de autores portugueses que criticaram os “fumos da Índia”. Apenas a título exemplificativo, lembremo-nos da intervenção do “Velho do Restelo”, n’*Os Lusíadas*: “- «Ó gloria de mandar! Ó vã cobiça / Desta vaidade a quem chamamos fama! / [...] Deixas criar às portas o inimigo / Por ires buscar outro tão longe, / Por quem se despovoe o Reino antigo, / Se enfraqueça e se vá deitando a longe! [...]»” (IV, 95-104).

#### 4. António Sardinha: *O Valor da Raça: Introdução a uma campanha nacional*

António Maria de Sousa Sardinha, nascido em 1887, pertence àquela geração de intelectuais que viveram a queda da monarquia, a implantação da república e a primeira guerra mundial. Faleceu em 1925, com apenas 37 anos. Viveu, portanto, praticamente toda a 1.<sup>a</sup> República, de cuja implantação fora um defensor, mas com a qual, mais tarde, se viu desiludido, vindo a tornar-se um monárquico e anti-iberista<sup>28</sup> arraigado e uma das principais referências doutrinárias do Integralismo Lusitano. Em 1915 publicou a sua tese *O Valor da Raça: Introdução a uma Campanha Nacional*, obra considerada fundadora do Integralismo Lusitano (um movimento de cariz nacionalista, monárquico e anti-liberal). É constituída por cinco capítulos, precedidos por um prólogo intitulado “A verdade portuguesa”, no qual o autor apresenta as linhas mestras da tese que desenvolverá ao longo dos seguintes capítulos: “A hipótese do *Homo Europaeus*”, “O génio ocidental”, “O espírito da Atlântida”, “A teoria da Nacionalidade” e “Integralismo Lusitano”. É sobre o quarto capítulo, “A teoria da nacionalidade”, que nos iremos debruçar, procurando demonstrar a reflexão de Sardinha quanto àquelas que ele julga serem as causas da decadência na nacionalidade.

Tendo como base, por um lado o pensamento político, de cariz nacionalista, defendido por intelectuais como Charles Maurras<sup>29</sup>, e por outro estudos arqueológicos e antropológicos e uma vasto conhecimento de História, António Sardinha apresenta-nos a sua “Teoria da nacionalidade”, que desenvolve em torno dos conceitos-chaves de raça e de grey e em torno das ideias que vai repetindo ao longo da obra de que a “nacionalidade é um facto biológico”<sup>30</sup>, que “a virtude primacial do Luso reside na sua predilecção localista”<sup>31</sup> e que “o Rei é o agente centrípeto, sem o qual o país tombaria”<sup>32</sup>. Quanto às causas da decadência, servem de certa forma para justificar o “valor da raça”: apenas “decaímos” quando permitimos que algo (normalmente de

<sup>28</sup> António Sardinha via no Iberismo (na criação de uma federação ibérica) um perigo para Portugal, que corria o risco de ser absorvido pela Espanha, defendendo antes uma aliança peninsular, realizada entre as duas monarquias. Tratar-se-ia, mais do que de uma aliança política, de uma aliança cultural e moral: “a melhor garantia do «nacionalismo» português na sua relação com a Espanha-irmã não passava por tratados de comércio ou por federações políticas em que seríamos sempre minorizados dada a desproporção nesses domínios. Ao contrário, deveríamos acentuar sobretudo o domínio em que com a Espanha nos igualamos: a nossa alma, o nosso génio, a nossa cultura” (Calafate, 2006: 307)

<sup>29</sup> Charles Maurras (1868-1952), poeta e jornalista monárquico, foi o co-fundador do jornal nacionalista e anti-semita *Action Française*.

<sup>30</sup> António Sardinha, *O valor da Raça*, p. XXII.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. X.

<sup>32</sup> *Ibidem* V.

origem externa) interferisse no nosso modo de ser original, alterando-o. À semelhança de Antero (e de outros, como Alexandre Herculano), também António Sardinha valoriza a Idade Média, identificando-a como o período áureo da história nacional, altura em que o país se mostrou livre de influências exteriores e se mostrou verdadeiramente original.

Assim, para Sardinha, a decadência terá tido início com o “individualismo dissolvente da Renascença” e com a expansão marítima no Oriente (“a bebedeira doirada da Índia”)<sup>33</sup> e culminado com o triunfo dos ideais “utópicos e “impossíveis” da Revolução Liberal e a conseqüente queda da Monarquia. Vejamos, à luz do exposto pelo autor, de que forma o Estrangeiro contribuiu para a decadência do país, assumindo de certa forma o papel que em Antero tivera o Catolicismo tridentino.

Em primeiro lugar, viera o Renascimento, que nos contagiara com as suas ideias estrangeiras, levando-nos a esquecer as qualidades nativas do Luso e empurrando-nos para a “aventura ultramarina”. Influenciados pelo “modelo greco-romano”, os portugueses deixaram-se levar pela visão artificial das coisas: a “alma portuguesa corrompia-se”.<sup>34</sup> Por sua vez, as conquistas em terras longínquas<sup>35</sup> (à semelhança de Antero de Quental) induziram a que os portugueses abandonassem as suas próprias terras, esquecendo a sua primitiva tendência sedentária, que Sardinha identifica como o factor estático da construção da nacionalidade:

“Com a tragédia da Índia e com o grande desvairo do Renascimento obliteram-se as direcções ancestrais. Abatem-se, entretanto, ao longo do delírio ecuménico que nos empurra a avassalar o Mundo, as nossas íntimas predilecções localistas.”<sup>36</sup>

A mesma expansão promovera o cruzamento com outras raças, que o autor considera inferiores, enfraquecendo a nossa:

“Toldou-se, desgraçadamente, o aprumo nativo da Grey. A pureza da Raça, que bem se pode estabelecer como a razão principal de todo o nosso engrandecimento, viu-se de pronto infeccionada pelas mestiçagens mais contraditórias, as quais não demoraram a comprometer a estabilidade do espírito colectivo. [...] Do pouco escrúpulo em nos aparentarmos com ligações asiáticas e africanas deriva [...] a dissolução entre nós de toda a ideia colectiva. [...] Trata-se de um empobrecimento de raça, com efeito.”<sup>37</sup>

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 107.

<sup>34</sup> Cf. *Ibidem*, p. 109.

<sup>35</sup> No entanto, Sardinha não condena a conquista do norte de África, considerando-a uma continuação do processo da Reconquista cristã contra o Mouro: tratava-se de “retomar a inclinação natural da Nacionalidade” (p. 117).

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>37</sup> *Ibidem*, pp. 114-115.

Além disso, o autor acusa a sobrevalorização do ouro relativamente ao trigo, pois enquanto as embarcações vinham carregadas de ouro, especiarias, animais e artigos exóticos, em Portugal os campos não eram lavrados. Para Sardinha, mais do que a estagnação da agricultura, isso significava o desapego das comunidades à terra:

“O oiro cobre-nos. [...] Todavia, há fome, porque os campos abandonam-se. [...] As lareiras dispersam-se [...]. As naves voltam da Índia – as que voltam! – carregadinhas de metais preciosos. Mas, com tanto dinheiro retinindo numa ressonância de maravilha, o trigo importa-se e o pão custa-nos como o mais raro dos manjares.”<sup>38</sup>

Assim, pela Índia ficara, “à sombra mole dos palmeirais, a genuína, a verdadeira Pátria, – aquela Pátria rural de Quatrocentos, que se gerara no respeito dos nossos limites e pelo exercício das virtudes sóbrias da Grey”<sup>39</sup>.

Também o governo despótico de D. José, ministrado pelo Marquês de Pombal, figura entre as causas da decadência da nacionalidade, por ir contra ao ideal de governo defendido por António Sardinha e que tem na sua base o *De Regimine principum*<sup>40</sup>, de S. Tomás de Aquino. Além disso, o autor acusa Pombal de forçar a industrialização de um país “de arraigada índole agrícola” e de promover a cultura e as ideias estrangeiras (sobretudo francesas), condena-o pela expulsão dos Jesuítas e responsabiliza-o pelo triunfo do Liberalismo, pois abriu-lhe as portas, e por isso pela queda da Monarquia:

“As teorias absolutistas desvirtuam a natureza da nossa Monarquia – O Príncipe já não é o titular duma magistratura de sã consciência. É, à maneira germânica, um César barroco que consubstancia em si a espontaneidade elaboradora da sociedade [...]. Esteriliza-se a acção comunal numa insaciável hipertrofia administrativa. É vão o trabalho anterior da Tradição. As Pátrias nada as exprime já senão o poder majestático que as representa. [...] Dos Concelhos já não se inquiria, senão para se abolirem as Cortes-Gerais. [...] O pequeno dolicóide<sup>41</sup> não intervinha já nas direcções da governança, sequestrada como estava a iniciativa municipalista.”<sup>42</sup>

Seguiu-se o Liberalismo, que trouxe para Portugal os ideais estrangeiros da Revolução Francesa, que Sardinha desaprova veementemente porque anulam a

<sup>38</sup> *Ibidem*, pp. 112-113.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 108.

<sup>40</sup> Texto de carácter político, dedicado ao Rei do Chipre, que trata da melhor forma de governo e do perigo da tirania. Nesta obra, S. Tomás de Aquino define o Homem como um ser político e sociável por natureza, defendendo que apenas em comunidade a humanidade se preserva e que o dever do governante é assegurar a unidade e o bem-estar do povo e protegê-lo de ameaças externas.

<sup>41</sup> Segundo o autor, do *Homo-Atlanticus* derivaria o substrato indígena da população portuguesa, que se manifestava no “dolicóide meão, de crânio longo, cabelos escuros, cor morena e altura média” (*ibidem*, p. 105), revelado nos concheiros de Muge.

<sup>42</sup> *Ibidem*, pp. 126-127.

“diferenciação das fronteiras e o instinto bem vivo de raça”<sup>43</sup>, preconizam “o homem-abstracto” e defendem o individualismo económico, “filho dos *Direitos do Homem* e fonte perene de depercimento e espoliação”<sup>44</sup>. Além disso, foram esses mesmos ideais os responsáveis pelo exílio forçado de D. Miguel que, elevado pelo génio Luso a herói-salvador,

“traduz o embate das antigas liberdades, bem concretas e bem vigorosas, em que as relações múltiplas do agrupamento se incarnavam e satisfiziam, com o liberalismo metafísico da Revolução Francesa, alheio a toda a realidade ambiente, preocupado apenas com o homem abstracto de Jean-Jacques Rousseau.”<sup>45</sup>

Finalmente, o autor acusa a defesa de uma federação ibérica ou do iberismo, por parte de intelectuais e políticos do século XIX, nomeadamente Teófilo Braga e Oliveira Martins, que são as figuras que António Sardinha mais nomeia ao longo da obra. É que com o iberismo olvidava-se uma parte fundamental da história de Portugal, sobretudo a que ocorrera nas centúrias de Quatrocentos e de Seiscentos, quando os portugueses combateram pela independência da Pátria. No séc. XIX, eram os portugueses que marchavam “de encontro à cobiça nunca saciada do leão de Castela!”<sup>46</sup>. Esquecia-se o que ficou declarado nas Cortes-Gerais de 1668, reunidas para celebrarem a Paz entre Portugal e Castela: “*por serem de séculos immemoriáveis tam oppostos os ânimos, e tam diversos os intuitos de uma e outra nação, era impossível unirem-se em tempo algum sem total ruína da nação portuguesa*”<sup>47</sup>. Negava-se a nacionalidade<sup>48</sup>, e pela boca dos maiores intelectuais, que tinham Oliveira Martins por corifeu.

Outros momentos houve em que Portugal se vira ameaçado pelo Estrangeiro, embora António Sardinha não considere esses momentos como motivadores da decadência. Pelo contrário, são indicadores do génio lusitano, uma vez que estimulam a manifestação do “dolicóide meão”, que face à ameaça de domínio estrangeiro, combate, unido, pela liberdade pátria: na batalha de Ourique o “pequeno dolicóide”, que se encontrava adormecido, “reaparece na persistência indebelável do seu *ethos*

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. XVI.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>47</sup> *Apud* António Sardinha, *ibidem*, p. 125.

<sup>48</sup> É curioso o facto de António Farinha não referir Antero de Quental, que na obra *Portugal perante a Revolução de Espanha* (1868), propõe o fim da nacionalidade: “em nossas actuas circunstâncias, o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade*” (Antero de Quental, *Prosas Sócio-Políticas*, p. 241).

comunitário”<sup>49</sup> e, liderado por Afonso Henriques, derrota os mouros; na batalha de Aljubarrota, a vitória portuguesa assegurou a independência ameaçada por Castela (“E é assim que a floração magnífica de Quatrocentos se inaugura”<sup>50</sup>, com as Cortes a manifestarem o génio da Pátria: “1384 é para nós a epopeia dos Concelhos. [...] São os municípios que expulsam os castelhanos”<sup>51</sup>); na restauração da independência, em 1640, após o domínio filipino, é o pequeno dolicóide, a alma dos concelhos, quem vibra, é ele “o infatigável obreiro da saúde e do viço de Portugal”<sup>52</sup>; na expulsão das tropas francesas, pondo fim à Guerra Peninsular (1807-1814) e ao domínio francês em Portugal<sup>53</sup>:

é então ainda, como nas alvas longínquas de Ourique, como nas guerrilhas pelo Mestre, como na briga exasperada da Aclamação, o motivo étnico da nossa história que se pronuncia e nos resgata. Quem é que fomenta a revolta, lhe busca recursos, a promove e a generaliza? São as vilas da província constituindo-se em *juntas* e armando-se todas em peso com caçadeiras e picos. Juízes-de-fora ombreiam com meliantes, frades gorduchos com foreiros miseráveis, morgados com pobretões, e o Reino em massa, – adolescentes e velhos, mulheres e bambinos –, abala caminho da serra, – trouxa à cabeça, para saltar nas gargantas ínvias o inimigo que passa”<sup>54</sup>;

e, por fim, nas Cortes-Gerais de 1828, que proclamam D. Miguel rei de Portugal, impedindo que D. Pedro, um estrangeiro (assim considerado a partir do momento em que se tornou Imperador do Brasil). Este terá sido, segundo Sardinha, o derradeiro momento em que o “dolicóide meão” se manifestara contra o domínio do Estrangeiro, cuja influência constituía, na sua opinião, segundo nos parece, a verdadeira causa da decadência da nacionalidade.

## 5. Conclusão

Uma leitura atenta de *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* de Antero de Quental e d’*O Valor da Raça* de António Sardinha

<sup>49</sup> António sardinha, *O Valor da Raça*, p. 124.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>53</sup> António Sardinha considera as Invasões Francesas o resultado de uma conspiração urdida pela Maçonaria (“clubes secretos”) e vê na transferência da Corte e da Família Real para o Brasil uma atitude prudente por parte do Rei, que, salvando-se, “salvou-nos da vergonha sem nome dum monarca de improvisado” e, mais importante ainda, “manteve de pé o princípio dinástico como o penhor mais inviolável da nossa autonomia” (p. 130).

<sup>54</sup> *Ibidem*, pp. 130-131. Note-se que Sardinha não faz qualquer referência aos ingleses e ao seu papel fundamental na contra-ofensiva.

(sobretudo) permite uma tipificação do estrangeiro: se no primeiro caso a Igreja Católica, tornada romana pelo Concílio de Trento e liderada pelos Jesuítas, é assumida como “estrangeira”, no segundo caso tal caracterização torna-se bem mais completa: Sardinha apresenta, sobretudo no capítulo “A teoria da Nacionalidade”, os seguintes tipos ou classes de estrangeiro: o Mouro, o Visigodo, o Castelhana (o “vizinho cobiçoso”), o Judeu (o “estrangeiro do interior”), o povo asiático e africano (que ao se misturarem com os portugueses infeccionaram a “pureza da Raça”)<sup>55</sup>, o Francês e a Maçonaria (os “clubs secretos”). Nos dois casos, o “Estrangeiro” é o inimigo a combater (ou que deveria ter sido combatido), é “o Outro” responsável pela decadência do país.

O mesmo se pode inferir segundo outra perspectiva. António Sardinha, n’*O Valor da Raça*, expressa a convicção de que só o respeito pelos caracteres originais da Pátria poderia ter evitado a sua decadência. Em certa medida, encontramos a mesma ideia nas *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, quando Antero considera o Catolicismo tridentino a maior dessas causas, pelo facto de ter posto termo à Igreja nacional, exemplo das liberdades da medievalidade.

No entanto, ainda no âmbito desta reflexão sobre o “Estrangeiro” como causa da decadência, há um aspecto a discernir, que é o facto de Antero, ao contrário de Sardinha, defender a aproximação de Portugal aos restantes países europeus (“Ligar Portugal com o movimento moderno”<sup>56</sup>). Acrescente-se a isso a opinião favorável de Antero relativa à constituição de uma federação ibérica, posição que para Sardinha seria impensável, como já pudemos constatar.

Importa, todavia, sublinhar o facto de os dois textos em questão se tratarem de trabalhos “de juventude”, nos quais se nota uma defesa apaixonada de certas ideias que uma obra de maturidade já não contemplaria. O próprio Antero admite, na famosa carta autobiográfica a Wilhelm Storck, que o seu discurso sobre as causas da decadência dos povos peninsulares nos séculos XVII e XVIII se ressentia “ainda muito da influência das ideias preconcebidas, da crítica histórica com *tendências*”<sup>57</sup>. Quanto a Sardinha, basta lembrar que publicou *O valor da Raça* com apenas 28 anos.

Apenas para concluir, apesar das diferenças ideológicas que distinguem os dois intelectuais, não obstante a partilha de algumas opiniões (que ambos terão tomado de

<sup>55</sup> Note-se que, neste contexto, Sardinha não se refere ao Brasil.

<sup>56</sup> “Conferências Democráticas estabelecidas na sala do Casino”, in Antero de Quental, *Prosas Sócio-Políticas*, p. 253.

<sup>57</sup> Carta de 14 de Maio de 1887 (*Cartas*, vol. II, pp. 833-840).

Alexandre Herculano) relativas aos caracteres nacionais, e apesar de António Sardinha nunca nomear Antero n' *O Valor da Raça* (ao contrário de Alexandre Herculano, Teófilo Braga e Oliveira Martins, certamente os nomes mais citados na obra, com a excepção, porventura, de S. Tomás de Aquino e de frei Bernardo de Brito), sabe-se que nutria por ele uma profunda admiração, ao ponto de fazer de Antero um dos “precursores mais próximos e mais directos”<sup>58</sup> do movimento integralista.

---

<sup>58</sup> António Sardinha, “A dor de Antero”, in *Ao Ritmo da Ampulheta*, p. 187.

**REFERÊNCIAS**

- ANTUNES, Padre Manuel, *Obra Completa*, Vol. IV, Tomo I (História da Cultura), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007;
- BURKE, Peter, “Tradition and Experience: the idea of decline from Bruni to Gibbon, in *Daedalus*, n.º 2, 1976, pp. 137-152;
- CALAFATE, Pedro (Dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Vol. IV, Tomos 1 e 2 (O Século XIX), Lisboa, Editorial Caminho, 2004
- CALAFATE, Pedro, *Portugal como Problema*, Vols. III e IV, Lisboa, Fundação Luso-Americana e Público, Comunicação Social, SA, 2006;
- CHAUNU, Pierre, *Histoire et Décadence*, Paris, Perrin, 1981;
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *Os “Fumos da Índia”. Uma leitura crítica da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998;
- GARDINER, Patrick, *Teorias da História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004;
- FREUND, Julien, *La Décadence: histoire sociologique et philosophique*, Paris, Sirey, 1984;
- LE GOFF, Jacques, *História e Memória*, vol. II, Lisboa, Edições 70, 2000;
- LIMA, Isabel Pires de (org. e coord.), *Antero de Quental e o destino de uma geração* (Actas do Colóquio Internacional do centenário da morte de Antero de Quental), Rio Tinto, Edições Asa, 1993;
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vols. V e VI, Lisboa, Editorial Estampa, [s.d.];
- MARTINS, Guilherme d’ Oliveira, *Portugal: Identidade e Diferença. Aventuras da Memória*, Lisboa, Gradiva, 2007;
- PIRES, António Machado, *A Ideia de Decadência na geração de 70*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980;

- QUENTAL, Antero de, *Cartas*, vols. I e II (organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins), Lisboa, Editorial Comunicação/Universidade dos Açores, 1989;
- QUENTAL, Antero de, *Prosas Sócio-Políticas* (publicadas e apresentadas por Joel Serrão), [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982;
- SARDINHA, António, *Ao Ritmo da Ampulheta*, Lisboa, Porto, Coimbra, Rio de Janeiro, LVMEM – Empresa Internacional Editora, 1925;
- SARDINHA, António, *O Valor da Raça: Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Miranda e Sousa, Editores, 1915;
- SERRÃO, Joel, “Decadência”, in Joel Serrão (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinha, 1981.
- SPENGLER, Oswald, *La Decadencia de Occidente: bosquejo de una morfología de la historia universal*, 2. Vols., 13.<sup>a</sup> ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1983.
- TOYNBEE, Arnold J., *Um Estudo da História*, S. Paulo, Martins Fontes, 1986